ORGANISMOS INTERNACIONAIS, FUNDAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O IDEÁRIO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Rejane Silveira [1]; Eliomar Araújo[2] ; Daniele Kelly [3]

[1]Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA), Sobral (CE), rejanesilveira799@gmail.com
[2]Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA), eliomars014@gmail.com
[3]Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA),dankel28@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o papel dos organismos internacionais e das fundações não governamentais na manutenção do ideário neoliberal na educação brasileira, culminando no processo de empresariamento da educação pública brasileira. Inserido no contexto das reformas do Estado e da consolidação do ideário neoliberal, o estudo busca compreender como esses agentes passam a influenciar a formulação e a implementação das políticas educacionais, reconfigurando o papel do Estado e introduzindo princípios empresariais na gestão da educação pública. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em autores que discutem criticamente o neoliberalismo, o empresariamento da educação e a mercantilização das políticas educacionais. A análise evidencia que os organismos internacionais, por meio de relatórios, recomendações técnicas e avaliações em larga escala, difundem concepções de qualidade educacional baseadas na eficiência, na padronização e na responsabilização. Paralelamente, as fundações não governamentais e empresariais atuam na implementação dessas diretrizes por meio de parcerias público-privadas, programas de formação docente e modelos de gestão por resultados. Os resultados indicam que a atuação articulada desses agentes contribui para a consolidação do empresariamento da educação pública, tensionando seu caráter público e a autonomia pedagógica das instituições escolares.

Palavras-chave: Educação pública. Empresariamento da educação. Organismos internacionais. Fundações não governamentais. Neoliberalismo.

Introdução

Neste artigo trataremos do impacto da relação entre organismos internacionais e fundações não governamentais nas últimas décadas, aprofundando o ideário neoliberal sobre a educação pública brasileira, mais especificamente, um processo de empresariamento profundamente marcado pelas transformações decorrentes das reformas do Estado e da consolidação neoliberalismo nas políticas educacionais.

Conforme analisam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo ultrapassa a dimensão econômica e se constitui como uma racionalidade que orienta práticas, discursos e formas de gestão, incidindo diretamente sobre os sistemas educacionais. Nesse contexto, a educação passa a ser reorganizada segundo princípios como eficiência, produtividade e competitividade, aproximando-se cada vez mais da lógica empresarial.

Esse processo tem se intensificado a partir da atuação dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que assumem papel central na definição de agendas educacionais em países periféricos. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), tais organismos influenciam as políticas públicas por meio de recomendações técnicas, financiamento condicionado e produção de documentos orientadores, difundindo concepções de qualidade educacional associadas à padronização curricular, às avaliações em larga escala e à responsabilização dos profissionais da educação.

Paralelamente, observa-se o avanço da atuação de fundações não governamentais e empresariais no campo da educação pública brasileira, fenômeno que se insere no processo denominado empresariamento da educação. Apple (2011) destaca que a crescente presença de atores privados nas políticas educacionais redefine o papel do Estado e subordina a educação a interesses mercadológicos, sob o discurso da modernização e da melhoria da qualidade. No Brasil, fundações empresariais passam a estabelecer parcerias com redes públicas de ensino, influenciando a gestão escolar, a formação docente e a produção de materiais pedagógicos.

Embora essas iniciativas sejam frequentemente apresentadas como ações filantrópicas ou de responsabilidade social, autores como Ravitch (2011) alertam que a privatização e a lógica empresarial na educação tendem a aprofundar desigualdades, fragilizar a autonomia pedagógica e reduzir o sentido público da escola. Desse modo, tais intervenções não se configuram como neutras, mas como parte de um projeto político que reorienta a educação pública segundo critérios de mercado.

Diante desse cenário, observa-se que a atuação dos organismos internacionais e das fundações não governamentais tem contribuído de forma significativa para a reconfiguração das políticas educacionais no Brasil, inserindo a educação pública em uma lógica de empresariamento orientada por critérios de mercado. Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o papel dos organismos internacionais e das fundações não governamentais no empresariamento da educação pública brasileira, buscando compreender os impactos dessa atuação sobre as políticas educacionais e a organização do trabalho pedagógico.

Metodologia

A presente pesquisa insere-se no campo dos estudos qualitativos, de caráter bibliográfico e documental, desenvolvida no âmbito da iniciação científica. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por possibilitar a análise crítica das relações sociais e políticas que estruturam o empresariamento da educação pública, compreendendo-o como um fenômeno historicamente determinado e articulado às transformações do capitalismo contemporâneo, conforme a perspectiva crítica de Marx (2011) e Mészáros (2002).

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em autores que analisam o neoliberalismo e sua incidência sobre as políticas educacionais, especialmente no que se refere à redefinição do papel do Estado e à inserção da lógica mercantil na educação pública. Nesse sentido, dialoga-se com Dardot e Laval (2016), que compreendem o neoliberalismo como uma racionalidade que orienta práticas institucionais e formas de governamento, bem como com Apple (2011), ao discutir a crescente influência de atores privados e empresariais na educação.

Paralelamente, realiza-se uma pesquisa documental a partir da análise de relatórios, diretrizes e documentos produzidos por organismos internacionais e fundações não governamentais que atuam no campo educacional. Tal procedimento segue as contribuições de Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), que destacam o papel dos organismos multilaterais na formulação e disseminação de políticas educacionais, especialmente por meio de discursos que enfatizam eficiência, avaliação em larga escala e responsabilização.

Os procedimentos metodológicos consistem na leitura sistemática, seleção e análise crítica do material bibliográfico e documental, buscando identificar categorias analíticas como empresariamento da educação, mercantilização, parcerias público-privadas e reconfiguração das políticas educacionais. A análise é realizada de forma articulada ao referencial teórico adotado, permitindo compreender os impactos da atuação dos organismos internacionais e das fundações não governamentais sobre a educação pública brasileira.

Organismos internacionais e a reconfiguração das políticas educacionais

A influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais intensifica-se no contexto das reformas do Estado e da consolidação do neoliberalismo enquanto racionalidade orientadora das políticas públicas. Instituições como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passam a desempenhar papel central na definição das agendas educacionais, sobretudo em países periféricos, por meio da produção de relatórios, recomendações técnicas e do condicionamento de financiamentos à adoção de determinadas diretrizes. Conforme apontam Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), tais organismos atuam como agentes difusores de concepções educacionais alinhadas às exigências do capital, influenciando diretamente as reformas educacionais nacionais.

Essa atuação encontra sustentação no ideário neoliberal, que redefine o papel do Estado e introduz mecanismos de mercado na gestão das políticas públicas. Dardot e Laval (2016) compreendem o neoliberalismo não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma racionalidade que passa a organizar as instituições sociais e as práticas governamentais. No campo educacional, essa racionalidade manifesta-se na centralidade atribuída à eficiência, à competitividade e à mensuração de resultados, aproximando a educação pública de modelos empresariais de gestão. Nesse sentido, os autores afirmam:

> O neoliberalismo não é apenas um conjunto de políticas econômicas, mas uma racionalidade que estrutura e orienta as práticas de governo, os comportamentos individuais e as formas institucionais. Trata-se de uma norma que se impõe como princípio geral de organização das sociedades contemporâneas, redefinindo o papel do Estado e submetendo as políticas públicas à lógica da concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

A partir dessa racionalidade, os organismos internacionais difundem concepções de qualidade educacional fortemente vinculadas às avaliações em larga escala, à padronização curricular e à responsabilização dos sistemas de ensino e dos profissionais da educação. Apple (2011) destaca que tais mecanismos não são neutros, pois operam como instrumentos de controle e regulação do trabalho pedagógico, subordinando a educação às demandas do mercado e aos interesses do setor privado.

No contexto brasileiro, essas orientações têm impactado diretamente a formulação das políticas educacionais, influenciando reformas curriculares, modelos de avaliação e práticas de gestão escolar. A educação pública passa, assim, a ser reorganizada segundo critérios empresariais, nos quais o desempenho mensurável e os indicadores de produtividade se sobrepõem à formação humana integral. Esse processo contribui para o avanço do empresariamento da educação, criando as condições para a ampliação da atuação de fundações não governamentais e empresariais no campo educacional.

Banco Mundial, OCDE e a lógica das reformas educacionais

O Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) configuram-se como dois dos principais organismos internacionais a influenciar as reformas educacionais contemporâneas, especialmente nos países periféricos. A atuação dessas instituições ocorre por meio da produção de relatórios, diagnósticos e recomendações técnicas que orientam a formulação de políticas públicas educacionais, frequentemente associadas à concessão de financiamentos e ao estabelecimento de metas de desempenho. Conforme analisam Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), tais organismos exercem forte poder de indução sobre os Estados nacionais, difundindo concepções educacionais alinhadas às exigências do capital e às transformações do modo de produção capitalista.

No âmbito dessas reformas, a educação passa a ser concebida como instrumento estratégico para o desenvolvimento econômico, subordinando-se às demandas do mercado de trabalho e à lógica da competitividade internacional. O Banco Mundial, em particular, enfatiza a relação entre educação, produtividade e crescimento econômico, defendendo políticas educacionais centradas na eficiência dos sistemas de ensino, na racionalização dos gastos públicos e na mensuração de resultados. Essa perspectiva reduz a complexidade do processo educativo,

deslocando o foco da formação humana integral para a obtenção de indicadores quantitativos de desempenho.

A OCDE, por sua vez, exerce influência significativa por meio de avaliações internacionais, como o Programme for International Student Assessment (PISA), que estabelece parâmetros comparativos de desempenho educacional entre países. Esses instrumentos passam a orientar reformas curriculares e práticas pedagógicas, reforçando processos de padronização e homogeneização do ensino. Apple (2011) destaca que tais mecanismos operam como formas de controle simbólico e político, ao definir o que deve ser ensinado, avaliado e considerado como conhecimento legítimo no interior dos sistemas educacionais.

A incorporação dessas orientações nas políticas educacionais brasileiras contribui para a disseminação de modelos gerenciais de gestão, nos quais a escola pública passa a ser avaliada a partir de critérios empresariais de desempenho e produtividade. Esse movimento evidencia que as reformas educacionais impulsionadas pelos organismos internacionais não se limitam a aspectos técnicos, mas integram um projeto político que reconfigura o papel do Estado e reforça o empresariamento da educação pública.

Avaliações em larga escala e padronização curricular

As avaliações em larga escala constituem um dos principais instrumentos por meio dos quais os organismos internacionais influenciam as políticas educacionais contemporâneas. Ao estabelecerem indicadores padronizados de desempenho, essas avaliações passam a orientar reformas curriculares, práticas pedagógicas e modelos de gestão escolar, reforçando a lógica da mensuração e do controle sobre os sistemas de ensino. Conforme destacam Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), tais mecanismos funcionam como dispositivos de regulação das políticas educacionais, alinhando-as às exigências do capital e aos interesses do mercado.

No plano internacional, avaliações como o *Programme for International Student Assessment* (PISA), coordenado pela OCDE, assumem centralidade na definição de parâmetros de qualidade educacional. Os resultados dessas avaliações passam a ser utilizados como referência para a comparação entre países, influenciando diretamente a formulação de políticas públicas e reformas curriculares. Esse processo contribui para a homogeneização dos currículos e para a redução da autonomia dos sistemas educacionais, uma vez que os conteúdos e competências valorizados pelas avaliações tornam-se hegemônicos.

No contexto brasileiro, essa lógica se materializa por meio de sistemas de avaliação nacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que estabelece metas de desempenho para escolas e redes de ensino. A centralidade atribuída a esses indicadores reforça práticas de gestão por resultados, nas quais o trabalho pedagógico passa a ser orientado pelo alcance de metas previamente estabelecidas. Apple (2011) aponta que esse modelo tende a deslocar o foco da educação enquanto processo formativo para a obtenção de resultados mensuráveis, reforçando a lógica empresarial no interior da escola pública.

A padronização curricular, associada às avaliações em larga escala, constitui outro desdobramento desse processo. A definição de conteúdos e competências considerados essenciais passa a ser orientada por parâmetros externos à realidade das escolas, limitando a diversidade de práticas pedagógicas e o reconhecimento das especificidades locais. Tal movimento contribui para o fortalecimento do empresariamento da educação, ao subordinar o currículo a interesses econômicos e gerenciais, em detrimento de uma formação crítica e emancipadora.

Fundações não governamentais e o empresariamento da educação pública

A atuação das fundações não governamentais e empresariais no campo da educação pública brasileira intensifica-se no mesmo movimento em que os organismos internacionais difundem diretrizes alinhadas à lógica neoliberal. Essas fundações passam a ocupar espaços estratégicos na formulação e implementação de políticas educacionais por meio de parcerias público-privadas, programas de formação docente, assessorias em gestão escolar e produção de materiais pedagógicos. Embora apresentadas sob o discurso da filantropia e da responsabilidade social, tais iniciativas integram um projeto mais amplo de reconfiguração da educação pública segundo critérios empresariais.

Apple (2011) analisa que a crescente presença de atores privados na educação não se dá forma neutra, mas responde a interesses econômicos e ideológicos vinculados ao avanço do capitalismo contemporâneo. Para o autor, a introdução de práticas empresariais no interior das políticas educacionais redefine os objetivos da escola pública, deslocando o foco da formação humana para a obtenção de resultados mensuráveis e para a adequação às demandas do mercado. Nesse sentido, afirma:

> A educação tem se tornado um campo cada vez mais atraente para a ação de grupos empresariais e fundações privadas, que buscam moldar as políticas educacionais de acordo com princípios de eficiência, competitividade e responsabilização. Esse movimento não apenas redefine o papel do Estado, mas também transforma a própria natureza da escola pública, subordinando-a às exigências do mercado e aos interesses do capital (Apple, 2011, p. 39).

No contexto brasileiro, a atuação dessas fundações manifesta-se por meio de intervenções diretas na gestão dos sistemas de ensino, na definição de currículos e na organização do trabalho pedagógico. A incorporação de modelos de gestão por metas, avaliações de desempenho e formação docente orientada por resultados reforça a lógica do empresariamento da educação, contribuindo para a padronização das práticas escolares e para a redução da autonomia pedagógica das instituições públicas.

Desse modo, as fundações não governamentais passam a desempenhar um papel central na consolidação do empresariamento da educação pública, atuando em consonância com as orientações dos organismos internacionais. Tal processo evidencia que a presença do setor privado na educação não se limita a ações pontuais de apoio, mas integra uma estratégia mais ampla de reorganização das políticas educacionais, que tensiona o caráter público da educação e aprofunda sua subordinação à lógica do mercado.

Resultados e Discussões

A análise teórica e documental realizada ao longo deste estudo evidenciou que a atuação dos organismos internacionais e das fundações não governamentais têm produzido impactos significativos na configuração das políticas educacionais brasileiras. Os resultados apontam que tais agentes exercem influência direta na definição de diretrizes, prioridades e modelos de gestão educacional, contribuindo para a incorporação de princípios empresariais na organização da educação pública.

No que se refere aos organismos internacionais, os resultados da análise indicam que suas recomendações e orientações reforçam a centralidade das avaliações em larga escala, da padronização curricular e da responsabilização dos sistemas de ensino e dos profissionais da educação. Esses elementos, amplamente difundidos por relatórios e documentos institucionais, passam a orientar reformas educacionais que subordinam a educação a critérios de eficiência e desempenho mensurável, em consonância com a racionalidade neoliberal discutida por Dardot e Laval (2016).

Em relação às fundações não governamentais e empresariais, os resultados evidenciam que sua atuação se materializa principalmente por meio de parcerias público-privadas, programas de formação docente e assessorias em gestão educacional. Tais iniciativas contribuem para a disseminação de modelos de gestão por resultados e para a consolidação do empresariamento da educação pública, conforme analisado por Apple (2011). A presença dessas fundações no interior das políticas educacionais reforça a lógica mercantil e tensiona o caráter público da educação, ao introduzir interesses privados na condução de políticas que deveriam atender ao interesse coletivo.

A discussão dos resultados permite compreender que a atuação articulada entre organismos internacionais e fundações não governamentais não ocorre de forma fragmentada, mas integra um projeto político mais amplo de reorganização da educação pública. Esse projeto redefine o papel do Estado, que passa a assumir funções predominantemente reguladoras, ao mesmo tempo em que amplia o espaço para a atuação do setor privado. Dessa forma, os resultados analisados confirmam que o empresariamento da educação pública constitui um processo estrutural, vinculado às transformações do capitalismo contemporâneo e à difusão do ideário neoliberal no campo educacional.

Conclusão

O estudo evidencia que a atuação dos organismos internacionais e das fundações não governamentais exerce influência decisiva sobre as políticas educacionais brasileiras, contribuindo para a consolidação do empresariamento da educação pública. Ao difundirem diretrizes orientadas pela racionalidade neoliberal, esses agentes reforçam concepções de educação baseadas na eficiência, na competitividade e na mensuração de resultados, reconfigurando o papel do Estado e ampliando a inserção de práticas empresariais na gestão educacional. Nesse contexto, as parcerias público-privadas e os modelos de gestão por resultados passam a incidir diretamente sobre a organização do trabalho pedagógico e sobre a autonomia das instituições escolares, tensionando o caráter público da educação. Assim, conclui-se que a presença articulada dos organismos internacionais e das fundações não governamentais não se configura como neutra, mas integra um projeto político que subordina a educação pública à lógica do mercado, impondo desafios à construção de políticas

educacionais comprometidas com a formação humana integral e com a garantia do direito à educação.

6. Referências

Apple, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Marx, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

Mészáros, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

Ravitch, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano:** como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Shiroma, Eneida Oto; Moraes, Maria Célia Marcondes de; Evangelista, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.